

Por uma integração social através do planeamento do espaço público – os espaços exteriores na habitação de iniciativa pública nas cidades de Porto, Vila Nova de Gaia e Matosinhos

Diana Silva Almeida^a, José Pedro Tenreiro^b

Resumo

Ao longo dos últimos anos, os conjuntos habitacionais de promoção pública e os problemas decorrentes da forma do seu edificado têm sido considerados por vários domínios disciplinares. Todavia, os espaços exteriores afetos a estes conjuntos tendem a ser negligenciados nas estratégias municipais para o sistema de espaço público e para as estruturas de espaços verdes municipais, especialmente no âmbito dos planos de reabilitação urbana. Propõe-se demonstrar a potencialidade destes espaços para o planeamento urbano e para a integração socioeconómica, tomando como exemplo o caso dos municípios metropolitanos de Porto, Vila Nova de Gaia e Matosinhos. Estes conjuntos representam uma vasta extensão do território e das práticas socioeconómicas urbanas, localizados na transição do centro administrativo para a maior região norte portuguesa.

Palavras-Chave

Habitação social; Espaço público; Estrutura ecológica; Planeamento urbano.

Abstract

Over the past several years public housing and the issues related to its buildings form and construction needs have been considered by many disciplinary fields. The exterior spaces of these developments, however, are usually neglected in local policies for the public space system and the green areas structures, even when rehabilitation programs were promoted. We propose to demonstrate the potentiality of these spaces within urban planning and towards social integration taking as an example the metropolitan cities of Porto, Vila Nova de Gaia and Matosinhos. These territories are a significant extension of urban territory and socio-economic practices and constitute a transition from the administrative center to the largest north Portugal region.

Keywords

Public housing; Public space; Ecological structure; Urban planning.

Introdução

Este artigo problematiza o enquadramento dos espaços exteriores, produzidos em sede de promoção pública habitacional, nas atuais políticas territoriais.

Recentemente têm sido levados a cabo diversos programas de intervenção nos edifícios destes conjuntos habitacionais no sentido de melhorar as condições de vida nos mesmos através das intervenções no edificado. Todavia, os espaços exteriores públicos existentes nos diversos conjuntos habitacionais de promoção pública, constituídos frequentemente por zonas arborizadas, são negligenciados nas estratégias contemporâneas de intervenção nos mesmos. Verifica-se,

por exemplo, que a nível do planeamento urbano estes espaços são considerados como construídos, originando uma representação da cidade que é oposta à realidade existente. Assim, a exclusão destas áreas da rede de espaços públicos urbanos a nível do planeamento urbano origina dois problemas de ordem distinta. Em primeiro lugar, verifica-se que o desinteresse face a estes espaços verdes enquanto tais nos elementos cartográficos, por exemplo nos planos diretores municipais, tem determinado a sua exclusão das estratégias municipais para as estruturas de espaços verdes no âmbito do sistema de espaços públicos. Em segundo lugar, verifica-se que a desarticulação dos espaços exteriores dos conjuntos habitacionais com a restante rede de espaço

^a Licenciada em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Pós-Graduada em Direito do Urbanismo, do Ordenamento do Território e do Ambiente pelo CEDOUA, Faculdade de Direito da Universidade do Porto, doutoranda em Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa e investigadora do CIAUD. E-mail: diana1213@gmail.com

^b José Pedro Tenreiro, Licenciado e mestre em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto e doutorando em Arquitetura na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, tendo o apoio financeiro da FCT através da bolsa de doutoramento SFRH/BD/118667/2016. E-mail: jpgtenreiro@hotmail.

público cria uma estigmatização para com estes conjuntos e para com a população aí residente.

Objetivo, método e material empírico

O presente estudo pretende contribuir para uma visão integrada dos diversos espaços públicos urbanos nas políticas municipais, nomeadamente quanto à habitação de iniciativa pública e às estruturas ecológicas, integrando os espaços exteriores existentes nestes conjuntos de habitação.

Este estudo incide sobre os concelhos de Porto, de Matosinhos e área urbana de Vila Nova de Gaia. Estes concelhos apresentam uma população conjunta total de cerca de 715 mil habitantes. No município do Porto conta-se cerca de 28500 habitantes como inquilinos municipais autorizados, em 12800 fogos, distribuídos por 46 bairros, o que constitui cerca de 13% da população concelhia. A Matosinhos Habitat EEM aponta 4330 fogos de gestão municipal. Desde a constituição da Gaia Social o parque habitacional municipal de Vila Nova de Gaia alojou 15 mil habitantes distribuídos por 31 empreendimentos.

A cidade do Porto apresenta no contexto nacional diversos tipos e formas de promoção habitacional pública, com uma estratégia anterior aos dois outros concelhos. É esta cidade que apresenta, no seu contexto regional e nacional, uma acção de planeamento mais antiga quanto ao espaço público. Matosinhos é de entre os concelhos limítrofes do Porto aquele que inicia mais cedo uma estratégia de planeamento urbano do espaço público abrangendo essencialmente as freguesias justapostas ao limite com o município do Porto, precisamente aquelas onde se verifica uma maior existência de conjuntos urbanos de habitação promovida por instituições públicas. Vila Nova de Gaia desenvolve muito tardiamente as suas estratégias concelhias quanto à ordenação do edificado e à estruturação do espaço público e das zonas verdes, apresentando, além disso, casos de habitação de promoção pública com formas e contextos muito díspares entre si.

Os conjuntos de habitação social considerados cobrem cerca de 530 hectares de superfície, aos quais se acrescentam cerca de 125 hectares em zonas habitacionais de características morfo-tipológicas semelhantes. Foram ainda considerados os espaços que estão representados em PDM como pertencentes à EEM, ou a grandes equipamentos públicos, que identificamos não integrarem os espaços exteriores públicos produzidos aquando da promoção daqueles conjuntos.

Políticas de habitação pública nos concelhos de Porto, Vila Nova de Gaia e Matosinhos

A região do Porto verifica um intenso processo de industrialização durante o século XIX que se traduziu num rápido crescimento populacional. Todavia, este aumento não teve reflexos na estrutura do espaço público da cidade durante várias décadas, uma vez que a habitação operária e popular foi realizada por privados no interior do tecido urbano pré-existente através da construção de pequenos bairros designados vulgarmente de “ilhas”.

Durante a primeira metade do século XX verificam-se algumas experiências realizadas pela Câmara Municipal do Porto que não constituem mais do que algumas experiências isoladas com vista à erradicação das ilhas. Por sua vez, os bairros de iniciativa estatal, sobretudo com o programa das casas económicas e das casas para pobres lançado pelo Decreto-Lei n.º 23052 de 23 de Setembro de 1933, durante a vigência do Estado Novo, bem como o Programa de Casas de Rendas Económicas, instituído sequencialmente pela Lei n.º 2007 de 7 de Maio de 1945, são ocupados tendencialmente por funcionários municipais e estatais, e por uma população da baixa burguesia que não corresponde à camada social que estava inicialmente destinada a ocupar estes conjuntos habitacionais, os quais cobrem cerca de 85 hectares de superfície.

É apenas após a Segunda Guerra Mundial instituído pelo Decreto-Lei n.º 40616 de 28 de Maio de 1956 o Plano de Melhoramentos, um programa municipal de habitação social, apresentando já a opção preferencial pela organização em edifícios multifamiliares, por oposição à predominante estruturação dos bairros dos programas pré-existentes em casas unifamiliares. Estes bairros, que ocupam cerca de 105 hectares de superfície, vieram a definir uma coroa urbana em torno da zona central da cidade, em torno da prevista Via de Cintura Interna, integrando as ações de planeamento urbano no âmbito do Plano Diretor da Cidade do Porto de 1962, coordenado por Robert Auzelle, o qual definia ainda diversas zonas estruturadas segundo parâmetros idênticos aos dos bairros municipais, como é o caso da zona da Pasteleira-Sul. A aplicação dos critérios de construção e ocupação do solo previstos por este último plano até à década de 1980, permitiu o estabelecimento de uma cadeia contínua de espaços verdes.

Os conjuntos habitacionais edificados por outras instituições públicas no pós-guerra inserem-se dentro desta mesma estrutura, apresentando opções urbanísticas muito semelhantes. É o caso dos

conjuntos afetos às instituições públicas de âmbito nacional para a promoção de habitação, como as Habitações Económicas – Federação das Caixas de Previdência (HE-FCP), criada pelo Decreto-Lei n.º 35611 de 25 de Abril de 1946, ou o Fundo de Fomento da Habitação (FFH), estabelecido pelo Decreto-Lei 49033 de 28 de Maio de 1969 na antecipação da extinção das HE-FCP, em 1972.

A revolução de 1974 vai traduzir-se numa alteração do modo de intervenção do FFH. O Plano de Melhoramentos não conseguia solucionar o problema das ilhas e as estratégias de realojamento eram alvo de críticas. Adicionalmente emergia, desde a década de 1950, o problema paralelo do subaluguer de espaços, como estratégia de especulação imobiliária, criando situações críticas de sobrelotação. É neste contexto que surge inicialmente o programa SAAL - Serviço de Apoio Ambulatório Local, criado por decreto governamental de 6 de Agosto de 1974, ficando a organização deste serviço a cargo do FFH. Todavia, este programa extinto em 1976 edifica apenas um número reduzido de conjuntos residenciais, com pouco reflexo no território. Permanece, porém, a construção de novos conjuntos residenciais por promoção direta do FFH, segundo um modelo próximo do já existente em 1974, cobrindo estes uma área de cerca de 50 hectares.

A ação do FFH assumiu maior amplitude através das Cooperativas de Habitação Económica, cuja criação, pelo Decreto-Lei n.º 734-A/74, permitiu o seu financiamento. Apesar de a ação das cooperativas ser responsabilidade própria, verificou-se o recurso tendencial à construção de edifícios de habitação multifamiliar rodeados de zonas ajardinadas, à semelhança dos bairros do FFH, mas com projetos de arquitetura elaborados oportunamente por jovens arquitetos, que experimentaram novas formas arquitetónicas e urbanas. A maioria destes conjuntos ocupa um território a norte e noroeste do centro do Porto, estendendo-se por uma superfície conjunta superior a 160 hectares. Estes tendem a implantar-se em terrenos vizinhos, criando estruturas urbanas contínuas, chegando, em certos casos, a associar-se entre si para a construção de conjuntos residenciais comuns, como é o caso da Cidade Cooperativa da Prelada no Porto.

Paralelamente, as instituições públicas permitem ainda o financiamento de diversos conjuntos residenciais de custos controlados, dos quais se destaca o Bairro de Vila d'Este, em Vila Nova de Gaia, o maior conjunto residencial construído na região do Porto neste período.

Com a extinção do FFH, em 1982, apenas a atividade das cooperativas subsiste com algu-

ma intensidade até meados da década de 1990. A atividade da nova instituição pública para a promoção de habitação – o Instituto Nacional da Habitação (INH), criado pelo Decreto-Lei n.º 177/84 de 25 de Maio manteve a edificação de diversos conjuntos habitacionais, sobretudo nos concelhos de Matosinhos e Vila Nova de Gaia, mas também de alguns no Porto como o Bairro de Santa Luzia. Estes conjuntos habitacionais ocupam uma superfície de cerca de 110 hectares. A criação do Programa Especial de Realojamento (PER), instituído dentro do INH pelo Decreto-Lei n.º 163/93 de 7 de Maio, que visando a erradicação de barracas e de outros tipos de habitação degradada, promoveu apenas a construção de pequenos conjuntos habitacionais. Alguns destes conjuntos habitacionais constituem, porém, eles entre vários dos bairros construídos anteriormente, o mesmo sucedendo com os vários espaços verdes que surgem neste momento em território urbano.

É o caso do Parque de S. Roque, da Quinta do Covelo, do Parque da Cidade, do Parque da Pasteleira e de outras obras de relevância ambiental, como os diversos equipamentos de ensino cujas instalações integram vastas áreas verdes de grande importância para a cidade. Estes espaços não foram, contudo, planeados dentro de uma estratégia integrada com o restante espaço urbano. Esta estratégia foi apenas considerada aquando da revisão do Plano Diretor Municipal em 2004, negligenciando, todavia, diversos tipos de espaço público, como é o caso daquele integrado nos diversos conjuntos de habitação de promoção pública.

Estrutura verde – dos conceitos à integração nas políticas de habitação

A escola portuguesa de paisagismo, fundada por Francisco Caldeira Cabral e instituída em 1942, contribuiu para estabelecer nacionalmente os conceitos herdados de *continuum naturale* e de *homeostasis* (Cabral, 1980), surgidos no final do século XIX, Araújo (1962), Telles (1996), e mais recentemente Fadigas (1993), Andresen (2004) e Pardal (2006) protagonizaram a interação desta disciplina com os processos de ordenamento do território em Portugal, produzindo um conjunto de estudos sobre a necessidade efetiva de produção de espaços verdes em meio urbano. Estes paisagistas e urbanistas que propuseram o protagonismo das aptidões geográficas para o planeamento urbano e territorial, criando o paradigma da paisagem global (Telles, 1996), veri-

ficam a necessidade de reavaliar a importância dos espaços livres, verdes, públicos e coletivos, exteriores (em geral), no contexto da dispersão e expansão urbana.

Nas últimas décadas, o discurso disciplinar do ordenamento territorial desenvolveu-se segundo os avanços da investigação científica sobre a qualidade ambiental, estabelecendo metas para acordar uma agenda direcionada para a sociedade de risco (Costa, 2013), por forma a, pelo menos, mitigar os efeitos da utilização extrema dos recursos naturais e diminuir as desvantagens associadas à maior concentração populacional nos centros urbanos (Monteiro, 2002). Desde o final do século passado, um crescente número de publicações internacionais tem-se direcionado para a problemática dos espaços verdes em meio urbano, identificando um grupo cada vez mais alargado de relações entre a qualidade do ambiente urbano, os espaços verdes e a saúde dos seus utilizadores (Madureira, 2016), (Ely, Pitman, 2014). Partidário (2000) é pioneira em associar o espaço público aos indicadores de qualidade urbana para efeitos de planeamento territorial em Portugal. Fadigas aponta a hipótese de “criação de quadros de vida urbana ambientalmente equilibrados” (Fadigas, 1993: 82) pela presença de valores naturais.

Em 1966, Aloys Bernatzky (Bernatzky, 1966: 32) apontava uma área de superfície de estrutura verde de 30 a 40 metros quadrados por habitante, considerando que cada ser-humano consome o oxigénio produzido por 150 metros quadrados de superfície foliar. Em 2009, a média europeia deste índice era de 20 metros quadrados habitante, enquanto a da cidade do Porto era de 7 metros quadrados por habitante, com apenas 16% do total linear das ruas com vegetação arbórea plantada. Existem ainda outros indicadores como o de número de árvores por cada 100 habitantes ou o número de parques e áreas de parques por habitante. Nos anos 80 do século XX, o LNEC apresentou os estudos sobre espaços exteriores em novas áreas residenciais (Coelho, 1986), dos quais se concluía sobre a vantagem na diminuição dos custos de manutenção em situações de maiores áreas permeáveis face às áreas pavimentadas.

Desde 1976, a Constituição da República Portuguesa, nos seus artigos 9º e 65º, prevê o conceito de programação da habitação como parte fundamental do ordenamento territorial e do planeamento urbano. O artigo 66º reforça o papel do Estado na preservação do ambiente. Em 1971, surge a figura do Domínio Público Hídrico (DPH). Em 1983, surge a figura da Rede Ecológica Nacional (REN), materializando o conceito

de “continuum naturale” e da condição sistémica do território e seus utilizadores. Em 1989, surge a Directiva Habitats listando áreas protegidas de interesse europeu e, mais tarde, dando origem à Rede Natura. Em 1996, surge a Lei de Bases do Ambiente e, em 1999, através do RJIGT, estabelece-se a definição de estrutura ecológica municipal enquanto atribuição do PDM, e a definição de programas na área habitacional nos seus artigos c) e i). A sobreposição de diretivas europeias, que a regulação nacional integrou abstratamente e com critérios divergentes, torna-se, por vezes, contraproducente de um tipo idealizado de ecologia face às dinâmicas ecológicas e do mercado de solos urbanizável (Pardal, 2006). Impondo-se, centralmente, a nível nacional e europeu, circunstâncias díspares daqueles que são as necessidades e possibilidades de cada unidade de paisagem, verificam-se as frustrações entre as diferentes tutelas e a oposição das responsabilidades institucionais municipais, regionais e estatais.

Nos IGT de Matosinhos, Porto e Vila Nova de Gaia estão contempladas as visões de ecologia, na figura das estruturas ecológicas municipais (EEM) e das avaliações ambientais estratégicas, incluídas ao nível operativo dos planos diretores municipais, ou pelo menos, no seu processo de revisão. Apesar de concebidas e referidas como parte fundamental do funcionamento sistémico urbano, o mapeamento das estruturas verdes ou das EEM, dependendo dos municípios, nos instrumentos de planeamento, na maioria dos casos, não inclui os espaços exteriores dos conjuntos habitacionais, apesar da sua dimensão, da variedade funcional ou do potencial elemento de ligação que apresentam, bem como do conjunto de bens materiais que lhes pertencem, nomeadamente mobiliário urbano e equipamentos coletivos não comerciais. Alguns desses espaços – desenhados, permeáveis, impermeáveis, com ou sem mobiliário urbano, iluminação, integrando linhas de água, massas de vegetação ou passeios – são principalmente espaços planeados pertencentes a uma visão de cidade que acompanhou as diferentes formulações de políticas de habitação em contexto de Estado Social e que, atualmente, resultam em espaços ignorados do planeamento ou de um anunciado sistema de espaços públicos daquelas cidades. Contrariando o disposto nas normas, a realidade física do espaço público urbano apresenta uma segregação efetiva entre as várias áreas exteriores, que pelo seu estado material e desigualdade no investimento na manutenção e gestão demonstram a incompatibilidade das edilidades que detêm responsabilidades jurídicas sobre os mesmos. Por outro lado, e



Manchas a preto – área de implantação dos conjuntos habitacionais de iniciativa pública

Manchas a cinza escuro – área de implantação dos conjuntos habitacionais de características próximas às dos bairros do Plano de Melhoramentos

Linhas a cinza – estrutura viária fundamental

Linhas tracejadas – limites concelhios

Imagem 1 - Mapa de Localização dos conjuntos habitacionais nos concelhos em análise.

Fonte: Elaboração própria, 2018.

considerando a evolução da morfologia urbana, nestas três cidades, enquadrada na transformação das áreas de quinta que caracterizavam o cadastro e a organização da propriedade produtiva (Araújo, 1962), alguns destes espaços exteriores constituem naturalmente unidades biofísicas com os espaços verdes plantados em áreas de propriedade privada que lhes são adjacentes.

No município do Porto não existem áreas afetadas à REN e à RAN. Todavia, no artigo 42º do regulamento do PDM, inclui-se como solo afeto à estrutura ecológica as seguintes áreas: área de equipamento, área verde de utilização pública, áreas verdes mistas, área verde privada a salvaguardar e área verde de enquadramento de espaço-canal. Na revisão do PDM, o processo de avaliação ambiental e sua integração legal, à

semelhança do município de Vila Nova de Gaia, constituiu legalmente a EEM como linha estratégica do planeamento urbano. O município de Matosinhos estabelece como uma das competências, através da divisão de Espaço Verdes na Direção Municipal de Ambiente, Espaço Urbano e Equipamentos, a participação na elaboração da estrutura ecológica municipal, em colaboração com o Departamento de Planeamento Urbanístico. O PDM de Vila Nova de Gaia, na Carta da Estrutura Ecológica inclui em solo urbano as áreas agrícolas, as áreas agroflorestais, as áreas florestais, as áreas de quintas em espaço rural, as áreas de verde urbano, as áreas para equipamentos em área verde, as áreas verdes de enquadramento e as áreas naturais.

Estabelecer as EEM é uma das vertentes de valorização do espaço não construído em solo consolidado ou em consolidação, que, contudo, não pode contemplar usos como o da habitação. Entretanto são incluídas como parte dos espaços verdes urbanos tipologias artificiais canónicas de espaço planeado, além das áreas identificadas como necessárias ao funcionamento biofísico e cultural, que dentro das EEM se diferenciam entre a estrutura ecológica fundamental e a estrutura ecológica urbana. Esta criterização, a nosso ver, e tendo em conta a discrepância entre a realidade física e os IGT, deve ser debatida e esclarecida, uma vez mais porque também Marques (2011:24) integra vários dos espaços verdes, identificados nos conjuntos habitacionais de iniciativa pública referidos, na carta de tipologias de espaços verdes que desenvolveu para a cidade do Porto. Algumas das áreas exteriores planeadas pelos conjuntos habitacionais de promoção pública fazem parte, como no caso de Lordelo do Ouro, no Porto, de áreas contíguas à EEM desenhada.

Comprova-se a necessidade do espaço exterior para realização de atividades várias, nomeadamente as que fomentam economias locais ou possam complementar funcionalmente o programa habitação, nomeadamente espaços de estacionamento, área de circulação pedonal e circuitos alternativos à estrutura viária.

Apesar de uma tendência neopositivista da avaliação política do espaço, que se caracterizou pela promoção da criterização das relações humanas com o espaço, nomeadamente pela análise empírica do uso público do espaço urbano (Gehl, 2010), o planeamento urbano português carece de estudos aprofundados sobre os espaços exteriores que se promoveram em contexto de habitação pública portuguesa, nos vários municípios. Tomando o exemplo do trabalho

realizado pela CABE space (Matos, 2015), e considerando as metodologias de reconhecimento do estado dos espaços verdes no Reino Unido, os espaços exteriores, legados pela habitação de promoção pública estudados, pelas suas características físicas, dimensão e qualidade de vegetação existente podem e devem ser considerados segundos novos critérios de planeamento, uso e gestão em sede de PMOT.

Conclusão

Verifica-se que as relações socioeconómicas de organização territorial e os princípios de estruturação ecológica fundamental e urbana nestes concelhos são consideradas de forma independente, uma vez que as condições que originam as necessidades de habitação parecem ser consideradas distintas, ou promovidas com interesses distintos, das condições que originam as necessidades de conceber ecologicamente o planeamento dos espaços exteriores. Desta forma, dá-se um desencontro de políticas com um possível reflexo na hierarquização de objetivos estabelecidos nas atuais estratégias de planeamento urbano, especificamente quanto às estratégias para com os espaços verdes urbanos dos conjuntos habitacionais.

Através da análise do panorama urbano existente, verifica-se que apesar de existir uma proximidade e semelhança física entre os vários conjuntos habitacionais, que se implantam frequentemente em terrenos contíguos e adotando estratégias urbanas semelhantes entre si, a sua relação é pouco explorada do ponto de vista da estrutura ecológica, bem como do desenho urbano para a utilização humana.

No caso particular da cidade do Porto e de Matosinhos estes conjuntos estabelecem conjuntamente com os parques e equipamentos urbanos existentes uma estrutura pericentral relativamente contínua. Todavia, esta estrutura não transparece nas formas de planeamento desta cidade, não permitindo entender a continuidade morfológica e paisagística observável nestes espaços. Apesar de estas considerarem já uma série de pequenos espaços urbanos na estrutura de espaços verdes, como é o caso das áreas de enquadramento de canais rodoviários e das ruas arborizadas, a estrutura de espaços verdes representa os parques urbanos isoladamente no espaço urbano. Da mesma forma, os equipamentos públicos e os conjuntos habitacionais são apresentados em sistemas urbanos isolados e guetizados.

Na carta de qualificação de solo integrante do PDM do Porto, por exemplo, os espaços ex-



Manchas a preto – área de implantação dos conjuntos habitacionais de iniciativa pública
 Manchas a cinza escuro – área de implantação dos conjuntos habitacionais de características próximas aos bairros do Plano de Melhoramentos
 Manchas a cinza claro – área de implantação dos parques urbanos existentes e previstos, dos equipamentos urbanos com características ecológicas relevantes e da REN
 Linhas a cinza – ruas arborizadas relevantes
 Linhas tracejadas – limites concelhos

Imagem 2 - Mapa de Localização dos conjuntos habitacionais e da estrutura ecológica nos concelhos em análise

Fonte: Elaboração própria, 2018.

teriores dos conjuntos habitacionais de promoção pública não são representados enquanto tal, mas como parte integrante da massa construída, assumindo uma representação idêntica à dos espaços exteriores privados e de acesso restrito de muitos conjuntos residenciais recentes. Esta situação tem originado uma estratégia segregacionista para com os primeiros no âmbito das políticas municipais quanto aos espaços públicos, verificando-se uma diferenciação de natureza socioeconómica no tratamento entre os diferentes espaços exteriores verdes existentes nestes conjuntos habitacionais e noutras áreas da cidade, independentemente da capacidade

financeira dos municípios para a manutenção dos mesmos. Esta diferenciação do tratamento dos espaços exteriores constitui, assim, um dos fatores para a apontada estigmatização social da população residente nestes conjuntos habitacionais, que favorece permanentemente determinadas áreas em detrimento de outras que pertencem à estrutura socioeconómica urbana.

No caso do Porto e de Matosinhos, os espaços onde se implantam a maioria dos conjuntos habitacionais de promoção pública podem permitir a constituição de corredores verdes estruturantes e de ligação funcional entre os vários eixos e espaços urbanos. Estes corredores podem surgir como forma de reintegração do espaço exterior verde destes conjuntos nas estratégias municipais para o espaço público, mas, também, como forma de dinamização da população em geral e dos habitantes destes conjuntos em particular. Como tal, é possível estabelecer uma rede de percursos alternativa e complementar à rede viária existente, considerando o papel urbano dos espaços exteriores locais como parte de um sistema maior acessível a todos os habitantes.

No caso particular de Vila Nova de Gaia, onde os diversos conjuntos tendem a surgir em posições isoladas no território, a sua proximidade às principais estruturas viárias, a alguns equipamentos públicos e zonas salvaguardadas na rede ecológica municipal deve ser considerada na perspetiva da sua integração no sistema de espaços públicos municipal, evitando prolongar situações de ocupação de génese ilegal.

Assim, a valorização programática e material do espaço público existente é determinante para o estabelecimento de uma estrutura de espaços verdes e de usufruto para atividades compatíveis, numa perspetiva de mitigação dos efeitos da opacidade da construção urbana em áreas centrais e da diferenciação social verificadas pelas entidades que gerem e acompanham os alojamentos municipais e estatais.

A programação da habitação é oportuna para a integração dos espaços livres de utilização pública, seja como parte de um sistema de manutenção ecológica, seja pela criação ou reabilitação de condições materiais básicas de habitabilidade exterior. Sob a perspetiva territorial da nova lei de bases do solo, podem e devem corresponder aqueles à tão anunciada coesão regional e intermunicipal, de natureza e interesse económicos, sociais e ambientais.

É uma lacuna desconsiderar que a estrutura ecológica se pode assumir como uma vertente do espaço público enquanto espaço urbano. Um espaço urbano com diferentes características ambientais, confluentes e oportunamente com-

binadas com a estruturação do espaço dedicado a outras atividades compatíveis.

Referências bibliográficas

- Andresen, Teresa (2004), *Estrutura Ecológica da Área Metropolitana do Porto*, Porto: ICETA - Instituto de Ciências e Tecnologias Agrárias e Agro-alimentares.
- Araújo, Ilídio de (1962), *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal*, Lisboa: Centro de Estudos de Urbanismo, DGSU.
- Bernatzky, Aloys (1966), “Les espaces verts en tant que facteur climatique et leur fonction en urbanisme”, *Anthos: Zeitschrift für Landschaftsarchitektur - Une revue pour le paysage*, 5, pp. 29-34.
- Cabral, Francisco Caldeira (1980), *O «Continuum Naturale» e a Conservação da Natureza*, Lisboa: Serviços de Estudos do Ambiente, pp. 35-54.
- Cabral, Francisco Caldeira; Telles, Gonçalo Ribeiro (1999), *A Árvore em Portugal*, Lisboa: Assírio & Alvim.
- Câmara Municipal de Matosinhos (1991), *Plano Director Municipal*, Matosinhos: Departamento de Planeamento – C.M./C.E.F.A.
- Câmara Municipal do Porto - Balcão Virtual (2012), *Regulamento PDM*, disponível em <<http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cidadaos/guiatematico/PlaneamentoOrdenamento/PDMPlano%20Diretor%20Municipal/Regulamento%20PDM/Paginas/actividade.aspx>> [consultado a 05 de Março de 2015].
- Câmara Municipal do Porto (2009), *Espaços Verdes da Cidade e o PDM do Porto: Reunião do Conselho Municipal do Ambiente do Município do Porto - 30 de Abril de 2009*, disponível em <www.slideserve.com/jayden/espacos-verdes-da-cidade-e-o-pdm-do-porto> [[consultado a 9 de setembro de 2018].
- Coelho, António J. M. Baptista, Cabrita, António M. Reis (1985-1986), *Estudos sobre espaços exteriores em novas áreas residenciais*, Lisboa: LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- Costa, João Pedro (2013), *O urbanismo e as alterações climáticas – as frentes de água*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Ely, Martin and Pitman, Sheryn, (2014), “Green Infrastructure Life support for human habitats - The compelling evidence for incorporating nature into urban environments”, Prepared for the Green Infrastructure Project, Botanic Gardens of South Australia, Department of Environment, Water and Natural Resources,

Australia. disponível em https://pdfkul.com/green-infrastructure-life-support-for-human-habitatspdf-_59d7a4a01723dd57270c2058.html [consultado a 9 de setembro de 2018].

- Fadigas, Leonel (1993) A natureza na cidade – uma perspectiva para a sua integração no tecido urbano, Dissertação de Doutoramento em Planeamento Urbanístico, Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa.

- Fadigas, Leonel (2011), *Ordenamento do Território e da Paisagem*, Lisboa: Edições Silabo, Lda.

- Gehl, Jan (2010), *Cities for people*, Washington: island press, Washington.

- Madureira, Helena, (2016) “Promover os serviços ecossistémicos urbanos com infraestruturas verdes”, em Geografia, paisagem e riscos: livro de homenagem ao Prof. Doutor António Pedrosa, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 141-161.

- Marques, Paulo Farinha (org.) (2011), *Morfologia e biodiversidade nos espaços verdes na cidade do Porto*, Porto: CIBIO.

- Matos, Diogo Manuel Santos (2015), A Metodologia CABA Space de Produção de Planos de Gestão para Espaços Verdes Urbanos Ensaio de Aplicação em dois Parques da Cidade de Santo Tirso, Tese de Mestrado em Arquitetura Paisagista, Faculdade de Ciências do Porto.

- Monteiro, Ana (2001-2002), “Importância dos espaços verdes para a promoção do conforto bioclimático e da qualidade do ar na cidade do Porto”, Estrutura Ecológica Urbana: Carta Verde da Cidade do Porto, Porto: s. n.

- Pardal, Sidónio (2006) Parque da cidade do Porto=Porto city park : ideia e paisagem=idea and landscape, Câmara Municipal do, Porto.

- Pinto, Mariana Abranches; Silva, Vilma (2008). Porto: Câmara Municipal Gaia – Estrutura Ecológica Municipal: memória descritiva, disponível em <www.gaiurb.pt/revpdm/memoria.pdf> [consultado a 05 de Março de 2015].

- Quintas, Andreia V. Quintas; Curado, Maria José Curado (2010), “Estrutura Ecológica Urbana: sistema multifuncional de desenvolvimento urbano”, em Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, disponível em <http://web.letras.up.pt/xiicig/comunicacoes/42.pdf> [consultado a 9 de setembro de 2018].

- Telles, Ribeiro (1996), “Um novo conceito de cidade: a paisagem global”, Conferências de Matosinhos, Contemporânea Editora e Câmara Municipal de Matosinhos